

A Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, doravante designada por APDP, fundada em Lisboa, a 13 de Maio de 1926, por uma iniciativa do Doutor Ernesto Roma, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social destinada à luta contra a diabetes. A APDP, pessoa coletiva 500851875, sediada na Rua Rodrigo da Fonseca 1, 1250-189 Lisboa, presta serviços cuidados de saúde de carácter preventivo, curativo e de reabilitação, integração social e comunitária das pessoas com diabetes e a defesa dos seus direitos e proteção às pessoas com diabetes em situação de manifesta e reconhecida carência económica, e tem como um dos seus compromissos, a proteção da privacidade dos dados pessoais que recolhe, nos diversos âmbitos da sua atividade.

Com a entrada em vigor do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (EU), a 25 de Maio de 2018, o compromisso da APDP neste sentido, será ainda mais aprofundado.

A Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, doravante “Política de Privacidade”, aplica-se à recolha e tratamento dos dados pessoais de utentes, associados, formandos e funcionários da APDP e descreve os pontos relevantes sobre os dados que são recolhidos, como são recolhidos, quais as finalidades do tratamento, como os pode consultar, entre outras situações.

1. RECOLHA DE DADOS

A APDP é a entidade responsável pela recolha dos dados pessoais, sendo esta efetuada através das interações com os utentes, associados, formandos e funcionários através:

- Da clínica APDP;
- Do site www.apdp.pt;
- Do my.apdp.pt;
- De iniciativas da APDP (Eventos, Encontros, Congressos, Seminários, Rastreios);
- Da revista e *newsletters* da APDP;
- De estudos e ensaios clínicos e projetos de investigação;
- Ações de formação.

No âmbito das situações acima referidas os dados recolhidos pela APDP dizem respeito ao nome, endereço eletrónico, morada/localidade, telefone, número do documento de identificação pessoal e fiscal, data de nascimento, sexo, nacionalidade, habilitações académicas, situação profissional e/ou dados bancários/pagamento.

Adicionalmente para os utentes, no âmbito do seu seguimento clínico, são colhidos parâmetros biométricos, laboratoriais, dados relacionados com exames de diagnóstico de terapêuticas relevantes para a avaliação clínica bem como é efetuado o registo detalhado da história clínica do utente pelos profissionais de saúde que o acompanham.

2. TRATAMENTO DE DADOS

Os dados fornecidos na relação estabelecida com a APDP são tratados em conformidade com os preceitos legalmente aplicáveis, sendo nomeadamente:

- Tratados de forma lícita, leal e transparente;
- Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e não serão tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;
- Adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados;
- Exatos e, se necessário, atualizados, devendo ser tomadas as medidas adequadas para assegurar que sejam apagados ou retificados os dados inexatos ou incompletos, tendo em conta as finalidades para que foram recolhidos ou para que são tratados posteriormente;
- Conservados de forma a permitir a identificação dos seus titulares apenas durante o período estritamente necessário e dentro do legalmente permitido para a prossecução das finalidades de recolha ou do tratamento posterior;

3. FINALIDADE E CONSERVAÇÃO DOS DADOS

Os Dados Pessoais são tratados pela APDP para as finalidades enumeradas na tabela abaixo, em estrito cumprimento do estabelecido na legislação em vigor em matéria de proteção de dados.

O período de conservação varia dependendo de estarem em causa fins de arquivo de interesse público, motivos históricos, científicos ou estatísticos, comprometendo-se a APDP a adotar as medidas de conservação e segurança adequadas.

Titular dos dados	Finalidade dos dados
Utentes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fornecer uma resposta e um acompanhamento clínico adequado ao utente; ➤ Enviar notificação sobre agendamento de consultas e outros exames complementares de diagnóstico, necessário ao seguimento e melhoria do estado de saúde do utente; ➤ Envio de informação clínica no âmbito da contratação com o Serviço Nacional de Saúde, subsistemas e seguras de saúde; ➤ Envio de notificações, <i>newsletters</i>, revistas, eventos, entre outras atividades relacionadas com a APDP.
Associados	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cumprimento de obrigações legais inerentes ao processo de faturação de quotas; ➤ Envio de notificações, <i>newsletters</i>, revistas, eventos, entre outras atividades relacionadas com a APDP.
Formandos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cumprimentos de obrigações legais relativas à faturação de ações de formação; ➤ Comunicação, desenvolvimento e realização de ações de formação, reconhecidas nos serviços assentes à instituição; ➤ Envio de convites para inquéritos.
Funcionários	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cumprimento de obrigações legais, tais como salários, impostos e contribuições para a segurança social, de gestão de recursos humanos, de acionamento de apólices e demais deveres inerente à relação laboral.

4. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS

O titular dos Dados Pessoais tem direito a solicitar, por escrito, a qualquer momento, à APDP:

- O acesso, nos termos e condições legalmente previstos, aos Dados Pessoais que lhe digam respeito;
- A retificação ou atualização de Dados Pessoais inexatos ou desatualizados que lhe respeitem;
- O tratamento de Dados Pessoais em falta quando aqueles se mostrem incompletos;
- A eliminação, exceto nos casos especificamente previstos na lei, de Dados Pessoais que lhe digam respeito;
- A limitação, verificadas as condições previstas na lei, do tratamento de Dados Pessoais que lhe digam respeito.

No caso de requisitar qualquer tipo de pedido em relação aos seus dados, poderá ser-lhe solicitada prova de identificação, por motivos de segurança e proteção, para com o titular dos dados.

A APDP designou um Encarregado de Proteção de Dados, que poderá ser contactado através do correio eletrónico rgpd@apdp.pt.

5. SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

A APDP adota medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os Dados Pessoais contra a sua perda, destruição ou danificação, acidental ou ilícita, assim como para assegurar que os dados facultados sejam protegidos contra o acesso ou utilização por parte de terceiros não autorizados, através de políticas de segurança alinhadas com as melhores práticas de segurança de informação, que garante uma auditoria e monitorização adequada, e responsabilização dos acessos.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal

A APDP não se responsabiliza e não presta garantias relativamente a outros sites que possam ser acedidos através de hiperligações no nosso site. Adicionalmente cabe ao utilizador tomar precauções e assegurar-se que a informação que retire não contenha características de natureza prejudicial.

Recomendamos que consulte periodicamente a nossa política de privacidade para se manter informado sobre o modo como a APDP protege os seus Dados Pessoais e se manter atualizado sobre as informações e direitos que lhe assistem.